

A Guerra Colombo-Peruana
e o Exército Brasileiro
(1932-1934): perspectivas e
possibilidades de estudo para
a nova história militar

THE COLOMBO-PERUVIAN
WAR AND THE BRAZILIAN
ARMY (1932-1934):
perspectives and study
possibilities for the new
military history

Fernando da Silva Rodrigues¹
Vivian Zampa²



Resumo: O artigo tem por objetivo investigar a Guerra Colombo-Peruana, também conhecida na História atual brasileira como Questão Letícia, conflito ocorrido entre os anos de 1932 e 1934, do qual o Brasil foi árbitro no processo de restabelecimento da paz e atuou como parte da Comissão incumbida de zelar pela execução dos acordos especiais, através das atividades diplomáticas do general de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon. Tendo por enfoque a Nova História Militar, a pesquisa foi embasada pela documentação produzida pelo Exército no período. Assim, analisamos o papel histórico dessa instituição de Estado destinada ao exercício da violência, ou seja, como instrumento de guerra e, agregada a essa dimensão, examinamos as tensões fronteiriças em torno da ocupação histórica dos territórios envolvidos. **Palavras-chave:** Guerra Colombo-Peruana; Nova história militar; Fronteiras; Guerra; Exército brasileiro.

Abstract: The article aims to investigate the Colombo-Peruvian War, also known in Brazilian history as the Letician Question, a conflict between the years 1932 and 1934, of which Brazil was an arbiter in the process of restoring peace and served as part of the Commission entrusted with ensuring the execution of special agreements, through the diplomatic activities of Division General Cândido Mariano da Silva Rondon. Focusing on the New Military History, the research was based on the documentation produced by the Army in the period. Thus, we analyze the historical role of this State institution destined to the exercise of violence, that is, as an instrument of war and, added to this dimension, we examine the border tensions surrounding the historical occupation of the territories involved.

Keywords: Colombo-Peruvian war; New military history; Borders War; Brazilian army.



Introdução

O artigo tem por finalidade analisar a Guerra Colombo-Peruana, conflito ocorrido entre os anos de 1932 e 1934, no qual o Brasil foi árbitro no processo de restabelecimento da paz, através da abordagem da Nova História Militar. Em uma tradição da renovação de temas, métodos e teorias, vivenciados em diferentes domínios da historiografia, tais como na Nova História ou na Nova História Política, a Nova História Militar foi desenvolvida inicialmente nos Estados Unidos, após a II Guerra Mundial e, no Brasil, a partir da última década do século XX. Por meio de uma perspectiva interdisciplinar, a Nova História Militar ampliou as suas problemáticas, relacionando-as à economia, à política, à sociologia e à antropologia, dentre outros, a partir da proposição de metodologias e abordagens originais (SOARES, 2012, p. 113-114). A expansão deste campo demarcou a passagem de uma história tradicional – marcada pelas guerras, campanhas, batalhas e feitos dos grandes generais, – para a problematização de variados aspectos das instituições militares e sua relação com a sociedade (PEDROSA, 2011, p. 3), tais como nos estudos sobre o racismo e os oficiais do Exército brasileiro na primeira metade do século XX (RODRIGUES, 2013), sobre as revoltas e protestos de oficiais durante o regime militar (CHIRIO, 2012), ou, ainda, sobre a imprensa militar no século XIX (ARIAS NETO; 2013, 2015).

No Brasil, este processo coincidiu com o fim do regime militar e a implantação da Constituição Federal de 1988, que contribuíram para o início do desmonte das tensões ideológicas existentes entre os investigadores civis acadêmicos e os investigadores militares (PEDROSA, 2011, p. 3), notadamente no que diz respeito à falta de apoio e de estruturas básicas para estudos sobre as Forças Armadas pela Universidade (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 13).

Como podemos perceber, o interesse atual pelos estudos relacionados à História Militar ultrapassa a essência de existir das instituições militares, por meio de variadas reflexões desenvolvidas por acadêmicos e interessados na área. Esta ampliação de temáticas ancora-se em um duplo movimento, do qual faz parte tanto o acesso às fontes, quanto, sobretudo, as novas abordagens empreendidas. Como assevera Henri Moniot (1993, p. 26) “[...] nada é uma fonte por sua própria natureza e é o problema colocado pelo historiador que, identificando o traço que fornece uma resposta, transforma assim o documento e uma fonte histórica”. No trabalho de renovação da História Militar, portanto, tornou-se relevante o acesso, a seleção e a investigação de novos registros de pesquisa.

Com base nessas premissas, e a partir do levantamento e da identificação de uma extensa documentação sobre a Guerra Colombo-Peruana produzida no período pelo Exército brasileiro e custodiada em seu Arquivo Histórico, insere-se o presente artigo. Este conjunto documental é formado por fontes escritas, acervos pessoais de militares, fontes impressas e livros produzidos no período, que serão observados com maior destaque no último eixo de debate. Por meio destes registros, disponíveis para acesso de todos os interessados, serão problematizadas questões políticas e estratégicas, desenvolvidas por uma instituição militar com projeção política no Brasil Republicano e na América do Sul, em meio aos interesses institucionais na vigilância das fronteiras e no monitoramento de conflitos. Cabe ressaltar que esta documentação recebeu pouca atenção em pesquisas acadêmicas, e que se intenta, através do seu tratamento qualitativo e da análise intratextual (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 228; BARROS, 2002, p. 136-137), preencher parte das lacunas existentes sobre a relação entre o Exército brasileiro e a Guerra Colombo-Peruana, com bases na Nova História Militar.

Ademais, na análise da produção histórica no Brasil sobre o conflito, verificamos que existe escassa investigação, seja na forma historiográfica analítica, ou na configuração de uma historiografia política tradicional. Assim, com exceção das obras produzidas por diplomatas (COSTA, 1942; LYRA, 1941) e atualmente por internacionalistas (CERVO; BUENO, 2002), praticamente, não identificamos nenhuma produção de referência que pesquise com mais profundidade a Guerra Colombo-Peruana. O livro do embaixador Sergio Costa (1942), produção factual, construída na forma de narrativa linear, do início da década de 1940, ao que parece, foi o único a dedicar uma obra completa ao assunto. Por outro lado, autores, sobretudo internacionalistas, limitaram-se a tratar superficialmente o tema, enquadrando-o dentro de uma discussão geral da política externa brasileira. Como exemplo, citamos *História da Política Exterior do Brasil* de Clodoaldo Bueno e Amado Cervo. Esta obra, que tem um total de 595 páginas, dedica menos de 03 a Guerra Colombo-Peruana (CERVO; BUENO, 2002, p. 259-261), além de utilizar somente um livro de referência para esta reflexão, o já mencionado do embaixador Sérgio Costa.

A Guerra Colombo-Peruana ou Questão Letícia, como é mais conhecida no Brasil, ocorreu na cidade portuária de Letícia, situada entre os rios Putumayo e Amazonas, ao lado da cidade brasileira de Tabatinga, ponto estratégico de tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Os limites temporais que a marcam estão situados entre 01 de setembro de 1932 e 24 de maio de 1934, com a



assinatura do Protocolo de Paz. Cotejando a bibliografia e a documentação sobre o conflito, aferimos que havia antigas tensões interestatais, que remontavam o século XIX para a área em questão – por conta da formação territorial nas fronteiras amazônicas, da manutenção dos limites, e do vazio demográfico existente –, as quais faziam parte das preocupações políticas, relacionadas com a segurança e a defesa dos Estados.

Desta forma, os “levantes” ocorridos na zona limítrofe do Peru e da Colômbia com o Brasil, conforme destacou em setembro de 1932 o Diretor Geral dos Correios e Telégrafos ao chefe do Gabinete do Ministro da Guerra³, propulsionaram a intervenção militar brasileira na região, considerando, para este propósito, a ocupação territorial e o controle dos limites terrestres, com vistas à soberania nacional. Essas ações foram embasadas pelo papel histórico das Forças Armadas como instituições políticas de Estado utilizadas em intervenções, a partir de um tripé relacionado à influência da geopolítica no pensamento político-militar, ao interesse da reconstrução das fronteiras regionais, e às tensões envolvendo a ocupação histórica dos territórios sul-americanos.

Tendo em vista as considerações indicadas, a proposta do artigo é problematizar a Questão Letícia e sua relação com o Exército brasileiro, a partir de uma estrutura dividida em duas partes. Na primeira, discutiremos o conceito de guerra, balizado pela História Militar Tradicional e pela Nova História Militar, e as propostas teórico-metodológicas desenvolvidas por esse último campo no Brasil, relacionando-as aos estudos sobre a Guerra Colombo-Peruana. Na segunda parte, examinaremos a trajetória da referida guerra, problematizando-a com os documentos produzidos pelo Exército brasileiro. Nessa etapa serão discutidas, ainda, possibilidades de abordagens para o conflito, apoiadas nesta documentação.

Por uma proposta teórico-metodológica na Nova História Militar: trabalhando com antigos caminhos e novas abordagens

Para o estudo da guerra aplicado ao evento ocorrido na região de tríplice fronteira, no Norte do Brasil, partimos do entendimento inicial de como a história e historiografia se colocam no tempo e no espaço, em relação ao conceito. Muitas obras foram produzidas segundo a abordagem da História Militar Tradicional⁴, que se desenvolveu no século XIX e no século XX, junto com a historiografia positivista, valorizando a Guerra no domínio da história



política, com os estudos sobre o Estado Nacional, a formação do território, a demarcação das fronteiras, e as relações diplomáticas. Como pondera o historiador Fernando Velôzo Pedrosa (2011, p. 8)

A História Militar tradicional tem sido o campo de ‘militares historiadores’. Em geral, tem pouca acuidade metodológica, pois não resulta do trabalho de historiadores profissionais, mas de aficionados. Tende, portanto, à grandiloquência e à adjetivação excessiva. É basicamente uma história descritiva e busca o ideal de apresentar ‘os fatos como aconteceram’. Em função dessas características, ficou conhecida depreciativamente nos Estados Unidos como ‘História-Batalha’ ou História de ‘tambores e clarins’. Em função de sua origem não especializada e ‘corporativa’, tem clara tendência ao mito, ao enaltecimento de figuras históricas e a certa condescendência no julgamento dos fatos e protagonistas.

Desde o século XIX, os fatos militares vêm sendo investigados cientificamente, através de estudos metódicos, e valorizados na medida em que legitimavam os interesses políticos do Estado. Os dois principais modelos historiográficos seguidos pela História Militar foram elaborados pelo teórico militar prussiano *Karl Von Clausewitz*, no livro *Da Guerra*, principal tratado sobre o tema, e ainda muito discutido no campo das ciências humanas e sociais, segundo o qual “[...] a guerra não é um fenômeno independente, mas a continuação da política através de meios diferentes” (CLAUSEWITZ apud PARET, s.d., p. 6), e pelo historicista Leopoldo Von Ranke, um dos fundadores da história científica alemã, cujo arcabouço teórico se baseava na História Narrativa, que procurava apresentar os fatos históricos como eles realmente se passaram e tinha como princípio a objetividade e a neutralidade. Desta forma, Ranke “[...] baseava-se principalmente nos documentos diplomáticos para fazer a história do Estado e de suas relações exteriores, pois acreditava que as relações diplomáticas determinavam as iniciativas internas do Estado” (REIS, 1996, p. 11). Pelo paradigma tradicional, portanto, a história deveria ser baseada na descrição dos documentos.

Uma das contribuições de Ranke foi expor as limitações das narrativas no formato de crônicas, por isso a ênfase na necessidade de fundamentar a história escrita em registros oficiais, produzidos pelo Estado e depositados em Arquivos Públicos. Esse modelo historiográfico levou a academia na direção da



profissionalização. Por outro lado, essa contribuição levou a história tradicional a oferecer uma história vista de cima, concentrando sua produção nos grandes feitos de estadistas, de generais, e do alto clero. Partido destas concepções, a História Militar seria “[...] basicamente uma história descritiva e busca o ideal de apresentar “os fatos como aconteceram”. (PEDROSA, 2011, p. 8)

A partir desta dimensão, é possível destacar dois grandes temas da historiografia que foram construídos neste contexto e que se manifestam nos estudos militares do século XIX e XX: a História Batalha, formada a partir da busca de uma descrição precisa e de uma análise detalhada dos eventos militares propriamente ditos; e a História Militar, no contexto da História Política, segundo a qual todo o pensamento relacionado à guerra, no que diz respeito à destruição, à submissão, ao desarmamento do inimigo, à conquista de territórios e, também, às variadas batalhas, estariam intrinsecamente ligados às questões de poder (PASSOS, 2005, p. 9).

Se no século XIX o paradigma tradicional valorizava a guerra no contexto temático da história política, com ênfase nos estudos sobre o Estado – na formação territorial, na construção das fronteiras, e nas relações diplomáticas –, na segunda metade do século XX e no século XXI, novos estudos da área deram continuidade ao seu exame, mas de forma pluridimensional, embasando-se em dimensões culturais, econômicas, antropológicas, sociais e também políticas (SANCHES, 2010, p.16).

A partir destas dimensões, compreendemos a Nova História Militar como uma área de investigação que vem se renovando, e que tem identificado problemas diferenciados, novas abordagens e múltiplos objetos de pesquisa, construídos a partir do modelo da Nova História, de natureza crítica e não apenas descritiva. Os trabalhos desenvolvidos neste campo contribuíram para o crescimento qualitativo e quantitativo da produção histórica militar, pois como registra Paulo Parente (2009, p. 2)

As concepções científicas da história assumiram diversas facetas em sua estrutura metodológica, influenciando desta maneira os temas militares. Assim, a história militar não é um ente próprio dotado de autonomia científica em relação à Teoria e a Metodologia da História. A história militar foi construída a partir de pressupostos próprios da ciência histórica, dentre outros pressupostos científicos, da mesma forma que diversos temas do saber histórico dotados de um campo de investigação definido [...].

Com a incorporação destes pressupostos, a Nova História Militar, desenvolvida no Brasil a partir dos anos 1990, representa o retorno de um campo que por anos foi colocado à parte pelas correntes historiográficas do país, de forma a incorporar as suas críticas, em meio à conjuntura política da redemocratização e da abertura dos Arquivos Militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica à pesquisa acadêmica.

Asseverando essa perspectiva, junto à noção de que é possível trabalhá-la não excluindo objetos tradicionalmente abordados pela História Militar, tais como as batalhas (SANCHES, 2010, p. 16), analisaremos a Guerra Colombo-Peruana partindo do campo das Ciências Sociais e dos pressupostos da teoria organizacional.

Esta teoria foi desenvolvida no Brasil nos estudos sobre o comportamento político das Forças Armadas, tendo em José Murilo de Carvalho⁵, uma das mais importantes contribuições. Alguns caminhos para o uso ou a aplicabilidade da teoria organizacional no estudo das instituições militares são fornecidos pelo autor no capítulo, *Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*, quando para o entendimento da organização administrativa militar foram analisados, por exemplo: o processo de recrutamento; o treinamento do corpo de oficiais (aqui, incluindo também as praças); a estrutura interna da instituição militar; o tamanho e a localização geográfica dos efetivos militares; e por fim, a ideologia organizacional (CARVALHO, 2005, p. 14). As reflexões de Carvalho – por meio uma análise institucional através de mudanças internas e externas – valorizam o papel da organização militar como instrumento de socialização política e de formação de quadros.

Foi Edmundo Campos Coelho (2000), no entanto, quem aprofundou os estudos sobre as condições para aplicação da teoria organizacional, a qual ele contrasta com a teoria instrumental, como ferramenta de compreensão das Forças Armadas e dos militares. Coelho descarta a teoria instrumental em favor da organizacional. Em sua crítica à instrumentalização das instituições militares, ligada ao conflito de classes, o autor indica três formas em que a teoria se manifestou, e o que o levou a sua rejeição. A saber: a *Teoria oligárquica*, segunda a qual as classes dominantes (setores agrário, comercial e financeiro) comandavam o Exército e dele lançavam mão nos momentos de crise do sistema de dominação vigente. Nesse sentido, o poder militar aparece como fator do poder civil, entendendo-se este como produto das relações de classe, teoria que poderia ser identificada em Otávio Ianni, na obra *O colapso*

do populismo no Brasil, de 1968, e em Nelson Werneck Sodré, na obra *História militar do Brasil*, de 1969; *Teoria dos setores médios*, pela qual o Exército seria o agente político organizado das classes médias, sobretudo das classes médias cartoriais. O recrutamento do quadro de oficiais nestas classes é sugerido como o mecanismo que explica o caráter representativo do Exército. Essa teoria é creditada por Coelho a Hélio Jaguaribe, no livro *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, de 1969; e, por fim, a *Teoria moderadora*, que imputa ao Exército o desempenho de árbitro, cujo conteúdo e sentido são definidos fora dos limites da instituição militar e independentemente dela.

Ao especificar seus estudos no Exército, Coelho (2000, p. 54) sugere que três processos articulados marcaram, historicamente, a evolução da instituição, e devem ser utilizados como instrumentos de aproximação nos estudos sobre os militares: o peso crescente e necessidades próprias da organização militar como fatores de seu comportamento; a aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia com relação ao sistema societal e com relação a segmentos particulares deste; e um fechamento progressivo aos influxos da sociedade civil.

Por outro lado, o sociólogo reconhece que, apesar da variedade de interesses e orientações teórico-metodológicas cobertas pelo pressuposto organizacional, sua característica principal consiste em tomar a organização, e não o sistema como um todo ou partes dele, como a unidade de análise. Coelho (2000, p. 41) adverte, ainda, que esta ênfase na organização não exclui a questão das relações interorganizacionais, por um lado, e seu contexto ambiental, por outro. Esta advertência do autor é considerada importante e fundamenta, também, a teoria instrumental, pois está significativamente relacionada à análise de processos históricos.

O estudo de uma organização, como as Forças Armadas ou a Igreja, não obstante sua importância organizacional, quando isolada, requer um tipo de abordagem própria para sua investigação. Por sua vez, quando tais organizações entram na corrente dos acontecimentos sociais, políticos, econômicos, requerem uma análise de conjunto, que articule todos os componentes em uma visão integradora dos fatos e fenômenos históricos. Assim, os estudos históricos existentes sobre as intervenções das instituições militares na política divergem quanto ao papel político dos militares como atores principais da República brasileira. Se autores como Nelson Werneck Sodré (1965) as expõem muitas vezes como sujeitos simples no jogo da elite política civil brasileira, outros como Edmundo Campos Coelho, os colocam como sujeitos independentes da

política, de forma autônoma ao poder civil. Assim, de acordo com a concepção organizacional, defendida por Coelho (2000), o Exército não é tão influenciado pelas correntes políticas da sociedade civil, sendo quase como uma instituição fechada em si mesma.

Nesta perspectiva, as intervenções das Forças Armadas na política são direcionadas pelos próprios interesses institucionais e não pelos objetivos desta ou daquela classe ou elite política. Em conjunto, os trabalhos de Carvalho e Coelho enfatizam a necessidade de se retornar a investigação das instituições militares, dando atenção especial a seus aspectos internos ou organizacionais, embora o foco da análise ainda continuasse a ser o papel dos militares na política brasileira.

Partindo de um campo de análise ligado às instituições militares e à Nova História Militar, Paulo Parente (2009, p.7) enfatiza a importância de propostas metodológicas e de investigação que privilegiem os aspectos jurídicos formais, encontrados em registros fundadores, reguladores e organizadores de sua estrutura interna, por um lado, e, também, pela prosopografia, por outro. Tais parâmetros seriam importantes para a análise dos aspectos que orientaram a criação e motivação das instituições, assim como a trajetória, atuação e relação dos sujeitos que dela fizeram parte.

A partir das considerações metodológicas indicadas, este artigo utilizou como fontes principais documentos administrativos do acervo da Guerra Colombo-Peruana. Nesta pesquisa, os registros escritos tornam-se o principal objeto de estudo, atentando tanto para as intenções de quem os produziu quanto para a subjetividade presente nas narrativas (BLOCH, 2001, p. 79). O acervo documental selecionado, que compreende a Juntada de Documentos sobre a Questão Letícia, produzida pelo Estado Maior do Exército (Documentos Diversos e Secretos), as Memórias do Conflito de Letícia, produzida pelo mesmo EME, informações diversas sobre o conflito e o Relatório do oficial encarregado do Inquérito sobre os acontecimentos de Tarapacá, foram tomados enquanto discursos produzidos por militares que vivenciaram o conflito. Para Albuquerque Junior (2009, p. 23), discurso é uma fala ou oração feita para dada audiência podendo ser escrita previamente ou dita de improviso. Nesse aspecto, quando utilizamos a análise de discursos como metodologia de pesquisa, não devemos perguntar apenas o que esses discursos nos falam do passado, mas também atentar para quais informações trazem. Desta forma, nossa análise contemplou três aspectos considerados fundamentais: o intratextual, o intertexto e o contexto. O intratextual, ou o que está por trás do texto escrito, implica na



avaliação do texto como objeto de significação. O intertexto corresponde ao relacionamento de um texto com outros, para comprovar sua veracidade. Já o contexto representa a relação do texto com a realidade que o produziu e que o envolve (BARROS, 2002, p. 136-137).

De uma forma geral, na análise do discurso sobre a Guerra Colombo-Peruana, produzido pelo Exército brasileiro, entendemos que estratégias e políticas institucionais foram estabelecidas no período, de acordo com os problemas apresentados pelos militares desta instituição, especialmente no que diz respeito à descrição da natureza da área de operações do conflito, ao monitoramento das fronteiras e ao uso da tropa.

A Guerra Colombo-Peruana (1932-1934) vista pela história e pelos documentos produzidos pelo Exército brasileiro

As relações diplomáticas de um país são dimensionadas, em razão direta da imagem que ele faz de si e do mundo e dos objetivos internacionais fixados em um projeto de estado. O Brasil da Primeira República era considerado atrasado em relação às modernas sociedades da época, decorrente da sua condição de país jovem. Essa visão foi mudando da percepção de vulnerabilidade identificada pela gestão do Ministro das Relações Exteriores José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco (1902-1912), para a de uma satisfatória segurança regional obtida no final dos anos 1920. Rio Branco adotou para a América do Sul uma política de construção da hegemonia brasileira, com tons pacíficos, mas, firmes na ação. Aproximou o Brasil das principais nações do Cone Sul, confrontando-os com o poder argentino na busca da liderança regional. Após a sua gestão, a política brasileira foi de continuidade na busca de amizade com as nações americanas, principalmente com os Estados Unidos da América. Marcam os anos de 1912 a 1930 a pequena participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, e a tentativa de ocupar um lugar de destaque na política mundial, pela participação na Conferência de Paz, e como membro temporário do Conselho da Sociedade das Nações (SDN).

Na sequência da Revolução de 1930⁶, Vargas deu prosseguimento à política de aproximação diplomática com os países latino-americanos, sobretudo do sul. Essa posição pode ser verificada na mensagem de prestação de contas de seus atos, enquanto chefe do governo provisório, lida na instalação da Assembleia Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1933. Nesse balanço, Vargas ressaltou que a política externa de sua gestão foi marcada por um contínuo

trabalho de solidificação da paz e de cooperação interamericana, destacando que uma atitude de isolamento ou de desinteresse pelas dificuldades que passam determinados países do continente poderia ser cômoda, porém não a mais humana, e que o destino teria reservado ao Brasil uma responsabilidade histórica, dada a sua condição de “[...] nação mais extensa e populosa da América do Sul, confinando com quasi a totalidade dos países que a compõem” (BRASIL, 1933, p. 474). Em um contexto marcado por conflitos entre parte dos países sul-americanos, na perspectiva indicada na mensagem de Vargas, nesse mesmo ano o Brasil assinou o Tratado Antibélico de Não-Agressão e Conciliação junto à Argentina, ao Chile, ao México, ao Paraguai e ao Uruguai (CANDEAS, 2005) e participou da Conferência Pan-americana de Montevideu, na qual fora firmada a Convenção sobre direitos e deveres dos Estados, que estabeleceu, dentre outros, que “Nenhum Estado possui o direito de intervir nos assuntos internos de outro.” (MELLO, 1990, p. 14). Cabe destacar que, no início desta década, o Brasil desempenhou papel ativo diante das questões de fronteiras entre países vizinhos, conduzindo esforços de mediação no conflito Colombo-Peruano (Questão de Letícia) e na Guerra do Chaco (Paraguai-Bolívia).

Com relação à história do conflito Colombo-Peruano, é fato que esses estados tinham pendências sobre questões de fronteiras⁷ desde a época dos movimentos emancipacionistas na América no século XIX. No século XX, o mais importante marco normativo que afetou a separação do espaço em questão foi o estabelecimento dos limites internacionais entre a Colômbia e o Peru ocorrido em 1922, com a assinatura do Tratado Salomón-Lozano⁸, em 24 de março de 1922, pelo qual o território de Letícia foi incorporado à Colômbia. O Tratado tinha como objetivo resolver definitivamente a controvérsia relativa aos respectivos direitos territoriais entre os países, de modo a estreitar as suas relações de amizade e atender suas conveniências e mútuos interesses. Nessa negociação foi cedida à Colômbia a área situada entre os rios Putumayo e Caquetá, e uma parte do território entre os rios Putumayo e Amazonas (Trapézio Amazônico), parte que a interessava por conta da acessibilidade aos rios. Ao Peru, por sua vez, foi cedida uma área entre os rios Napo, Amazonas e Putumayo, que pertencia à Colômbia⁹.

A assinatura do tratado Salomón-Lozano trouxe preocupação ao governo brasileiro pelo fato dos territórios a leste da linha Apapóris-Tabatinga, reconhecidos como sendo do Brasil pela república do Peru (Tratado Peru-Brasil, de 23 de outubro de 1851), poderem ser reivindicados pela república da Colômbia, que ficou com a posse das terras peruanas a oeste da linha



demarcatória (COSTA, 1942, p. 5-15, 37-39).

Em 04 de abril de 1925, por intermediação do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, foi assinado pelo Brasil, pela Colômbia e pelo Peru o Acordo de Washington, segundo o qual a contenda entre os três países, a respeito da linha divisória, foi resolvida, assentando-se a legitimidade e o reconhecimento do tratado de 1922. Pelo Acordo, houve o reconhecimento da linha Apapóris-Tabatinga como constitutiva da fronteira Brasil-Colômbia¹⁰.

Resolvidas as pendências fronteiriças do tratado Salomón-Lozano, com o reconhecimento pela Colômbia da linha Apapóris-Tabatinga como limite com o Brasil, esse cedeu à Colômbia a livre navegação no rio Amazonas e em outros rios adjacentes. A atividade da diplomacia brasileira, desta forma, garantiria tanto os pontos acordados pelos países envolvidos quanto à manutenção da linha divisória contestada. Como desdobramento do Acordo de Washington, Brasil e Colômbia assinaram, em 15 de novembro de 1928, na gestão do embaixador Mangabeira, o *Tratado de Limites y Navegación Fluvial* (Tratado García Ortiz-Mangabeira), considerando a linha Apapóris-Tabatinga como divisória entre os dois países (COSTA, 1942, p. 37-39). Para Fábio Vargas (2017, p. 276), o pano de fundo desse tratado foi a intensa disputa territorial que havia entre Colômbia, Peru e Equador, por conta da indefinição das fronteiras na Bacia Amazônica, após o desmembramento da Grã-Colômbia, principalmente em torno das terras localizadas ao sul do rio Japurá ou Caquetá.


Finalmente, em 1930, ocorreu, por parte da Colômbia, a ocupação do território de Letícia, e no lado brasileiro, a finalização dos trabalhos da Comissão de Demarcação das fronteiras colombianas e peruanas, realizados pelas turmas de Inspeção de Fronteiras (1927-1930), chefiada pelo general Cândido Mariano da Silva Rondon, que terminara o trabalho de ratificação dos limites terrestres Norte e Centro-Oeste na América do Sul. A inspeção articulada à ideia de intervenção do Estado teve por objetivo atingir a linha de limites do Brasil com a Guiana Francesa, a República do Suriname (Guiana Holandesa), a República da Guiana (Guiana Inglesa), a Venezuela, a Colômbia, o Peru, e a Bolívia (RODRIGUES, 2018, p. 76). Como podemos perceber, o ano de 1930 foi crucial para a história política brasileira, com relação ao reconhecimento das fronteiras Norte e Centro-Oeste. A construção de linhas e estações telegráficas pelo general Rondon (1907-1910) ajudaram a ocupar o Centro-Oeste e a Amazônia em quase toda a Primeira República, mas a inspeção de fronteiras completara o trabalho de consolidação de nossa soberania territorial, ratificando os nossos reais limites terrestres.

Após um período de reconhecimento do acordo, no entanto, as tensões foram retomadas em 1932 por um grupo de peruanos inconformados com a transferência de Letícia para a Colômbia. Desta forma, a despeito da demarcação dos limites entre os países no campo diplomático, oficiais peruanos, estabelecidos na guarnição de Chimbote, na cidade de Loreto, lideraram cerca de cinquenta praças e duzentos civis na ocupação do porto fluvial de Letícia, atacando-o e ocupando-o na noite de 31 de agosto para 01 de setembro.

Quando a ocupação de Letícia foi iniciada, o governo peruano, de forma oficial, não a apoiou e a classificou como uma agressão política movida por inimigos comunistas, inspirados pela *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA)¹¹. Um documento produzido pelo Ministro da Guerra do Brasil, dirigido ao comandante da 8ª Região Militar, com sede em Belém, todavia, informou o contrário. No seu entendimento, havia uma expressiva animosidade peruana contra o tratado de limite, e o governo brasileiro deveria ter “muito tato” nas providências a serem tomadas quanto aos desdobramentos do incidente¹².

Em meio a esta conjuntura, no final de 1932, o ministro Melo Franco propôs um acordo, pelo qual o território em disputa seria entregue ao Brasil, para uma futura restituição à Colômbia, enquanto fosse organizada uma revisão do Tratado Salomón-Lozano no Rio de Janeiro. A proposta que, a princípio, foi aceita pelos dois países, acabou não se concretizando, em função das divergências entre a Colômbia e o Peru quanto ao prazo da administração brasileira sobre a região. Por outro lado, o presidente peruano alterou a sua primeira posição quanto ao incidente, em face das manifestações internas a favor da reincorporação do território cedido, passando a se opor, de forma declarada, à intenção colombiana de restabelecimento na região¹³. Neste processo, entre setembro de 1932 e fevereiro de 1933, ocorreu a concentração das tropas de ambos os países em Letícia, servindo o rio Amazonas brasileiro como via de transporte e de reabastecimento às forças bélicas estacionadas na região. Com o aumento das tensões diplomáticas entre os dois países, o primeiro combate ocorreu no dia 14 de fevereiro de 1933.

A preocupação da diplomacia brasileira com a soberania da nação diante do conflito torna-se evidente nos documentos produzidos no período. Dentre eles, cabe destacar o telegrama do chefe interino dos Serviços Políticos e Diplomáticos brasileiro em Letícia, que fez menção a um registro do ministro das Relações Exteriores, no qual assegurava que a flotilha (esquadilha) colombiana tinha ordens para considerar a soberania do Brasil, evitando quaisquer atos que levassem à violação do seu território.¹⁴



Em mensagem de novembro de 1933, Getúlio Vargas corrobora a referida apreensão, asseverando que após o incidente assumir as proporções de uma verdadeira luta armada, foram efetuadas as medidas necessárias para guarnecer a região conflituosa, no intuito de evitar que o conflito se desdobrasse para o território brasileiro. Por outro lado, o presidente pontuou os esforços empregados para que o território conflagrado fosse provisoriamente submetido à gerência de delegados brasileiros, que o devolveriam aos comandos legais da Colômbia, diante da efetiva consideração do tratado Salomon-Lozano pelos países em conflito. (BRASIL, 1933, p. 477)

Após a negativa de uma primeira proposta de mediação do embate pelo Brasil, o mesmo passou para observação e acompanhamento da Sociedade das Nações. Por meio desta entidade, os países em guerra assinaram um acordo, em 25 de maio de 1933, que constituiu uma Comissão Administradora formada por três membros externos, integrada por um oficial da Marinha do Brasil, por um diplomata da Espanha e por um oficial do exército dos Estados Unidos da América. A Comissão Administradora moderaria o território em disputa por um ano, enquanto transcorriam na cidade do Rio de Janeiro as conversações entre o representante diplomático do Peru e da Colômbia.

Apesar das conversações tensas, as delegações chegaram a um acordo, firmado em 25 de maio de 1934, pelo qual os dois países aceitaram os termos estabelecidos pelo Tratado Salomón-Lozano, que só poderia ser modificado por um consentimento mútuo, ou por decisão da Justiça Internacional. Pelo Protocolo de Amizade do Rio de Janeiro, Peru e Colômbia renunciavam as ações violentas e submetiam suas pendências à Corte Permanente da Justiça Internacional de Haia¹⁵. Como parte do ajuste, foi assinada uma Ata Adicional, que regulava, entre outras questões, a navegação fluvial das duas nações. Em 19 de junho de 1934, a Comissão Administradora instalada pela Sociedade das Nações retirou-se da região.

Com o acordo de paz, organizou-se uma comissão incumbida de fiscalizar a execução dos acordos especiais sobre alfândega, comércio, livre navegação dos rios, trânsito, policiamento das fronteiras, e outros assuntos. Para chefiar essa comissão, foi escolhido o general de divisão Cândido Mariano da Silva Rondon, com parecer positivo dos dois países envolvidos na guerra. Rondon permaneceu de 1934 a 1938, como mediador na região, tendo mantido a paz através de um acerto aceito, sem maiores problemas.¹⁶

Ao final dessa análise, torna-se relevante problematizar o corpo documental produzido pelo Exército brasileiro sobre a Questão Letícia, para compreendermos



as observações e sugestões apontadas pelos seus agentes diante dessa experiência. Nesse contexto, devemos assinalar que a Guerra chamou a atenção do Estado Maior do Exército (EME), desde o período inicial, quando houve a ocupação da cidade de Letícia, e que não se descartava a possibilidade do Brasil usar força militar para manter a soberania territorial naquela área de fronteira em disputa, o que acarretou no processo de intensificação de sua ocupação militar. Com ofício reservado, de 1º de novembro de 1932, o Chefe do EME informava ao Ministro da Guerra a necessidade de ocupação militar da região, por conta da iminência da guerra e dos acontecimentos que se desenrolavam na região de Letícia, na fronteira Brasil-Colômbia-Peru¹⁷.

O conceito de guerra é passível de uma série de definições. Nos estudos de Humberto Gori, destaca-se a proposta por Q. Wright, segundo a qual, por meio da análise de fatos históricos concretos, a guerra seria marcada pela atividade militar, pelo alto grau de tensão na opinião pública, pela adoção de normas jurídicas atípicas, com relação às vigentes no período de paz, e pela progressiva integração política dentro das estruturas dos estados beligerantes (GORI, 1998, p. 572). Nesta perspectiva, o Chefe do Estado-Maior brasileiro, ao descrever em ofício reservado de novembro de 1932 a necessidade de ocupação da Fronteira entre o Peru e a Colômbia, ressaltava a iminência de uma guerra entre os países, observada a partir das ações peruanas, com vistas aos territórios cedidos à Colômbia em tratados anteriores. Além disso, enfatizava o fato de que, embora não parecesse uma iniciativa do governo peruano, o mesmo parecia ceder às influências da opinião pública do país, com relação a um conflito pela região, e que este embate relacionava-se, também, com territórios brasileiros.¹⁸

Por outro lado, a hipótese da extensão da guerra ao Brasil pode ser verificada quando, neste mesmo ofício, era destacado que boa parte da oficialidade e do Estado Maior do Exército Peruano foi educada pela Missão Francesa¹⁹, e que esta instituição não ignorava, desta forma, a situação militar do Brasil. Neste sentido, há que se considerar que, na década de 1920, a Missão Francesa indicou em documentos uma série de críticas ao Exército brasileiro, incluindo o seu mau funcionamento geral e a inexistência de atividades metódicas, sistemáticas e coordenadas, junto à estrutura de armamentos ultrapassados e insuficientes (BELLINTANI, 2009, p. 300). Com base na observação do conhecimento peruano sobre o Exército brasileiro e de uma guerra que poderia envolver o país, o ofício recomendava a conveniência do Ministério da Guerra instituir um plano geral, para a organização de colônias militares de fronteira, mediante um entendimento com o Ministério da Agricultura e com a aviação, dada a ligação

dos seus serviços na região conflituosa.²⁰

Para além destas recomendações, e da sugestão da nomeação de uma comissão para estudar a guarda permanente da fronteira, verifica-se, ainda, que houve interesses militares na obtenção de equipamentos bélicos mais modernos como aviões para serem utilizados na missão de vigilância e observação no vale do Amazonas, pois, segundo o general Olympio da Silveira, chefe interino do Estado Maior do Exército:

[...] continuavam aviões peruanos voando interior nosso territorio. Nada posso fazer como disse reiteradas veses. Somente dispondo aviões poderei exercer vigilancia aérea. Continuo pensar medidas mais rigorosas devem ser empregadas sem o que daremos impressão incapacidade impossibilidade fazer respeitar nossa vontade. Também já disse haver necessidade aviação para emprego contra aviões (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1934, p.1).²¹

Da mesma forma, na preparação do Brasil para uma situação de guerra, indicava-se a precisão de um plano que levasse em conta não somente as necessidades de ordem militar e política da fronteira, mas também a defesa do patrimônio ambiental. Esta observação nos remete às variadas dimensões que envolvem a guerra. Diante da recomendação de ações por parte do Brasil, o ofício reservado de novembro de 1932 confere espaço para a discussão sobre as problemáticas em torno do patrimônio ambiental brasileiro no início da década de 1930. Assim, em torno dele, fora registrado que um dos mais sérios problemas do Serviço Florestal para a criação dos Parques Nacionais era a organização das Guardas Florestais. Todavia, esta dificuldade poderia ser resolvida, com vantagens, por meio da organização “conveniente de colônias militares”, a partir de “normas modernas e bem dotada de recursos” (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1932, p. 6)²² Em meio a diferentes demandas políticas e sociais em torno da utilização das árvores e do patrimônio ambiental do Brasil no início da década de 1930²³, a referência indicada pelo Exército no contexto da Questão Letícia, aponta para a possibilidade do estudo das funções sociais (GORI, 1998, p. 574) e ambientais que se apresentam em situações de guerra.

Uma questão que se destaca nos documentos reservados do Exército é a relação entre a navegação fluvial e o conflito. Isto pode ser observado a partir da descrição da natureza da área de operações, formada por rios e vegetação



inóspita, o que levava as tropas, tanto peruanas como colombianas, a debaterem-se em grandes obstáculos, e a depender de forma direta da navegação fluvial, pelo rio Amazonas do lado brasileiro. O deslocamento de tropa a pé na região de Letícia, portanto, era quase que impraticável e bastante desfavorável, mesmo para operações militares de pequenos escalões, em função da falta de estradas terrestres. Por essas condições, permeadas por tensões militares e diplomáticas, o Estado brasileiro tomou uma série de medidas preventivas para manter a neutralidade, permitindo a livre navegação nos seus rios, mas evitando a passagem de aeronaves sobre a região, em meio diferentes ações para preservar a inviolabilidade do território.

Como uma destas ações, em 06 de dezembro de 1932, a Instrução Particular nº 1 (Reservada), do Estado Maior do Exército determinou ao comandante da 8ª Região Militar que organizasse uma Força de Ocupação e de Observação na tríplice fronteira entre Brasil-Colômbia-Peru, reforçando-a com tropas vindas de outras regiões do país. O comando geral das Forças de Observação (Exército e Marinha) coube ao general comandante da 8ª Região Militar. Para o caso do emprego da tropa, a Força deveria contar, em seu estado maior, com um ou mais agentes de ligação da autoridade naval. Já às forças de ocupação destacadas na fronteira, constituídas de um ou mais grupamentos, o comando caberia ao oficial combatente do Exército ou da Marinha, mais antigo no posto, que seria incumbido dos serviços e da disciplina. A despeito das tentativas de normatizar as atividades militares combinadas, ocorreram tensões internas entre as duas Forças Armadas do Brasil, fato que pode ser examinado a partir da informação prestada pelo general Almerio de Moura ao Ministro da Guerra, de que alguns oficiais da Marinha, principalmente o comandante da Flotilha do Amazonas, estavam insatisfeitos com o comando de um general do Exército, o que foi caracterizado como desprestígio²⁴.

Ainda como parte das ações das Forças Armadas brasileiras diante da Guerra Colombo-Peruana foi criado o Destacamento do Solimões, instalado em Tabatinga, sendo formado pelo 27º Batalhão de Caçadores, que também daria cobertura à região de Benjamin Constant, pela 7ª Bateria do Regimento de Artilharia Mista e pelo contingente especial local. Já em Tocantins, ficou instalado o 21º Batalhão de Caçadores e o contingente especial do Içá, constituindo o Destacamento do Içá. Em Manaus, por sua vez, foram instalados o 23º e o 25º Batalhão de Caçadores. Em Belém, estacionou-se a 1ª Divisão Naval, e em Manaus, Tabatinga e Óbidos instalaram-se outros elementos da Esquadra brasileira, em ação de observação²⁵.



As tensões políticas e militares continuaram durante todo o período do conflito. Em 11 de março de 1933, o general Almerio de Moura informava ao chefe do EME, comunicação recebida do comandante da Flotilha do Amazonas, de que os colombianos tinham cerca de dois mil homens em Tarapacá e recebiam reforços diários vindo em aviões de passageiros, além de terem onze aviões bombardeiros. O objetivo da Colômbia seria reunir a tropa em Içá e atacar a cidade de Letícia em uma operação combinada de navios e aviões. Além da preocupação com a presença de tropa colombiana, havia a tensão com relação a rigorosas medidas sanitárias, depois de identificar um caso de tifo, com morte, de um soldado colombiano a bordo do navio Boyaca²⁶.

Analisando a documentação produzida na época pelo Exército Brasileiro é possível assinalar que a observação da fronteira brasileira na região de Letícia passou a constituir, da experiência de uma “simples” vigilância, a um monitoramento constante. Depois dos conflitos na região do Chaco Boreal e de Letícia, ambos iniciados em 1932, a preocupação do Estado Maior do Exército aumentou, com informações produzidas sistematicamente sobre as novas tensões envolvendo essas regiões, além da preocupação recorrente com o aumento dos efetivos militares nas áreas de fronteiras.

Esta preocupação, todavia, foi diminuindo com o final da Guerra Colombo-Peruana, fato este preocupante, segundo o então general de divisão Reformado e presidente da Delegação brasileira da Comissão Mista, Cândido Mariano da Silva Rondon. Em manuscrito secreto de 17 de fevereiro de 1937, dirigido ao ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, Rondon relatou que, embora as altas esferas da política departamental e nacional peruana demonstrassem um rigoroso desejo de amizade e cooperação diante do Protocolo de paz do Rio de Janeiro, o mesmo não ocorria com boa parte do meio militar e mesmo com a sociedade de Iquitos, que sonhavam com a revanche de Letícia e a sua retomada à mão armada. Com base nos estudos de seu assistente, capitão Mario Machado, Rondon descreveu a realidade de abandono da parte brasileira da fronteira – com guarnição inferior a vinte praças e armamentos insignificantes – e a organização dos corpos militares da Colômbia e do Peru, alertando, assim, para a necessidade de criação de batalhões militares de fronteira na região.²⁷

A partir da identificação e da análise dos documentos selecionados, nosso objetivo foi procurar compreender a Guerra Colombo-Peruana, por meio dos registros elaborados pelo Exército brasileiro. Estas fontes inserem-se no contexto de produção de informações militares de interesses estratégicos para tomada de decisões relacionadas à defesa nacional das fronteiras brasileiras e



da Guerra. Estes documentos, por um lado, foram produzidos sobre sigilo de informação, com a intenção de limitar o seu acesso, mas, por outro, e de forma funcional, para chamar a atenção do Estado sobre a situação insegura da região norte do país, bem como para a precariedade de pessoal e de armamento das Forças Armadas na fronteira de Letícia neste período.

Considerações finais

A Guerra Colombo-Peruana foi um conflito sul-americano ocorrido no início dos anos de 1930, do qual o Brasil foi árbitro no processo de restabelecimento da paz e atuou como parte da Comissão incumbida de zelar pela execução dos acordos especiais, através das atividades diplomáticas do general de divisão Cândido Mariano da Silva Rondon. Para além das questões diplomáticas, embora o país não tenha sido uma das partes envolvidas diretamente com a guerra, a possibilidade da violação de sua fronteira contribuiu para o constante monitoramento, produção de informações e atualização do *modus operandi* da tropa, pelo Exército brasileiro, na área conflituosa.

Nas ponderações finais do artigo, asseveramos que a investigação apresentada abre espaço para a compreensão, a partir da Questão Letícia, do projeto político e militar do estado brasileiro para as fronteiras e para a guerra na primeira metade da década de 1930, pensado a partir das indicações e sugestões apontadas pelos agentes do Exército que estavam na região. Por outro lado, abre espaço também para discutir, no campo político nacional e internacional, os interesses militares intervencionistas. Além disso, com esta pesquisa, procuramos contribuir para o desenvolvimento de uma análise historiográfica e metodológica mais plural, tendo como base a Nova História Militar, com vistas às reflexões sobre a política intervencionista dos Estados e o controle das fronteiras em situações de Guerra.

É possível reconhecer, ainda, a possibilidade de novas áreas do conhecimento dentro da História Militar, articulada aos estudos da guerra, das fronteiras e dos territórios, que procuram investigar conflitos, nas zonas fronteiriças que o circundam, assim como os seus impactos na estruturação das ações de ocupação e as relações entre os sujeitos envolvidos no processo. O artigo procurou, portanto, problematizar as possibilidades de interface entre a história da guerra e das fronteiras com a Nova História Militar, por meio do estudo da Questão Letícia.



Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa militar no século XIX: um balanço preliminar. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 55-64, 2013. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig18/dossie/N18_dossie5.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

ARIAS NETO, José Miguel. A defesa na imprensa militar do século XIX: Brasil e Argentina. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, [S. l.], v. 2, p. 71-82, 2015. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/63054-269407-2-PB.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (Brasil). *Conflitos de Letícia* (memórias). Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1934. Reservado.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (Brasil). *Relatório do EME: questão Letícia*. Rio de Janeiro: EME, 1932. (Documentos Diversos).

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (Brasil). *Relatório Estado-Maior do Exército: questão Letícia*. Rio de Janeiro: EME, 1972. (Documentos Diversos).

BARROS, José D'Assunção. *O campo histórico: as especialidades e abordagem da história*. Rio de Janeiro: Editora Celta, 2002.

BELLINTANI, Adriana Iop. *Exército brasileiro e a missão militar francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Edição anotada por Étienne Bloch.

BOTÍA, Carlos G. Zárate. La frontera amazónica de Colombia, Brasil y Perú después Del conflicto de 1932. *Textos & Debates*, Boa Vista, n. 22, p. 52-52, jul./dez. 2012. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/1604-5835-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/1604-5835-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. *Acordo de Washington, de 04 de março de 1925*. Ata firmada em Washington, a 4 de março de 1925, entre os departamentos do Brasil, dos Estados Unidos da América, da Colômbia e do Peru. 1925. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-br/file/Fronteiras/Col%C3%B4mbia/acordo%201925.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2019.

BRASIL. Ministério de Estado da Guerra. *Conflito de Letícia - memórias*. Rio de Janeiro: Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares, 1943. Estudo Sigiloso.

BRASIL. Presidência da República. Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/09.1.pdf/view>. Acesso em: 2 out. 2020.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.48, n.1, jan./jun. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-3292005000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jan. 2020.

CARNEIRO, Maria Cecília. A política externa do Brasil e a segunda guerra mundial. In: CÔRREA, Luiz Felipe de Seixas (org.) *Relações internacionais do Brasil: antologia comentada de artigos da Revista IHGB (1841-2004)*. Brasília: FUNAG, 2016. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1177-relacoes-internacionais-ihgb.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CARVALHO, Ely Bergo de. O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 417-442, jul. 2016. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/47974-288090-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/47974-288090-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 1 nov. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2002.



CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

COLÔMBIA. Presidencia de la República; PERU. Presidencia de la República. *Tratado de limites y navegacion fluvial entre Colombia y el Peru firmado en Lima el 24 de marzo de 1922*. Lima: [s. n.], 1922. Disponível em: http://www.sogeocol.edu.co/Ova/fronteras_colombia/documentos/tratados/tratado_limites_peru.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia brasileira na Questão Letícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

DUTRA, Eurico Gaspar. Duas táticas em confronto. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5/6, nov./dez. 1916. Caderno especial anexo.

GORI, Umberto. Guerra. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. P. 571-577.

LYRA, H. *História diplomática e política internacional*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1941. (Ensaio).

McCANN, F. M. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, Celso A. Princípio de não-intervenção. *R.C. pol.*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 9-19, maio/jul. 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/viewFile/59767/58097>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MONIOT, Henri. L'usage du document face à ses rationalisations savantes, em histoire. In: AUDIGIER, F. (org.). *Documents: des moyens pour quelles fins? Actes du Colloque*. Paris: INRP, 1993, p. 25-29.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 30: as incertezas do regime. In: DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2, p. 12-37.

PARET, Peter. A gênese de *Da guerra*. In: VON CLAUSEWITZ, Carl. *Da guerra*.



Tradução do inglês para o português CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. [*Almanaque Militar, s.l., s.d.*] p. 2-26. Disponível em: <http://almanaquemilitar.com/site/wp-content/uploads/2014/02/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, ano 1, dez. 2009. Edição Especial de Lançamento.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. *Clausewitz e a política – uma leitura da guerra*. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PEDROSA, F. Velôzo G. A História militar tradicional e a “nova história militar”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh Nacional, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

REIS, J. C. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

RODRIGUES, Fernando da Silva Análise das tensões nas fronteiras da Amazônia observadas através dos documentos do Exército Brasileiro produzidos na primeira metade do século XX. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 72-82, 2018. Disponível em: http://revistanavigator.com.br/navig28/dossie/N28_dossie5.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905 a 1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

RODRIGUES, Fernando da Silva; SARMIENTO, E. La guerra del Chaco vista por los ojos de los militares del ejército brasileño (1932-1935). *Secuencia: Revista de Historia y Ciencias Sociales*, México, v. 1, p. 1-30, 2019. Disponível em: <http://secuencia.mora.edu.mx/index.php/Secuencia/article/view/1549>. Acesso em: 3 jan. 2020.

SANCHES, Marcos Guimarães. A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 6-16, abr. 2010. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/wp-content/uploads/2017/08/RBHM-I-01.pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.

SOARES, Luiz Carlos. Historia militar: a “velha” e a “nova”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. P. 113-132.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VAIVADS, Henry. AD y APRA ante La coyuntura de crisis. *Cuestiones Políticas*, Maracaibo, n. 17, p. 145 -161, 1996. Disponível em: file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Meus%20documentos/Downloads/19401-22339-1-PB.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

Notas

¹Doutor em História Política pela UERJ, professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa em História Militar, Política e Fronteiras do CNPq, pesquisador sênior do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ

²Doutora em História Política (UERJ). Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) e do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/EAD).

³Questão Letícia, pasta 123. Telegrama do senhor T. Furtado Reis ao Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra sobre a situação entre o Peru e a Colômbia (28/09/1932) (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1932).

⁴Um exemplo desse tipo de abordagem é o livro escrito pelo general Estevão Leitão de Carvalho, *A Paz do Chaco: como foi efetuada no campo de batalha*, de 1958, publicado pela Biblioteca do Exército. O autor participou do fato histórico, na condição de representante oficial do Brasil na Comissão Militar Neutra, encarregado de executar, no campo de batalha, as cláusulas de segurança do Protocolo de Paz, assinado em 12 de junho de 1935. A obra foi produzida com base no desempenho de sua função militar-diplomática na região do conflito e nos conhecimentos obtidos com as lideranças militares dos países envolvidos na guerra. Produzida treze anos após sua passagem para a reserva, teve como objetivo central produzir um livro histórico sobre a guerra, que pudesse servir de base de estudo para os militares brasileiros. O interesse despertado pelas informações que obteve levou o autor a estender o período temporal de sua obra, na busca das origens do litígio e das etapas sucessivas pela qual passou, até o final da guerra. O livro é dividido em duas partes: a primeira trata da história do conflito, em que são estudadas as numerosas fases diplomáticas; e a segunda diz respeito aos fatos e comentários ligados à execução das cláusulas de segurança do Protocolo de 12 de junho de 1935 (Cf. RODRIGUES; SARMIENTO, 2019, p. 14-15).

⁵Uma obra importante para ampliar esse debate é *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*, do brasilianista Frank McCann, publicada em 2007, livro com 706 páginas que teve por objetivo ampliar suas discussões anteriores sobre a história institucional do Exército brasileiro.

⁶A Revolução de 1930 foi o movimento conduzido pelos tenentes e por um grupo de políticos civis, que pôs fim à primeira fase republicana no Brasil – notadamente oligárquica e então em crise –, e que levou Getúlio Vargas à chefia do governo provisório. Como primeiras medidas dessa nova etapa política, o Congresso Nacional e as assembleias estaduais foram fechados, os governadores dos estados depostos e a Constituição de 1891 revogada, com Vargas passando a governar por meio de decretos-lei. (Cf. PANDOLFI, 2011, p. 16-17).

⁷Em que pese os debates atualizados sobre o conceito de fronteira, relacionados à porosidade, à circulação de ideias e a sua articulação com as dinâmicas sociopolíticas locais, dentre outros, neste artigo ela é pensada a partir do sentido jurídico-político, em torno dos limites entre os Estados. Ou seja, a fronteira determina a área territorial precisa de um Estado, conferindo coesão e unidade à sua base física, funcionando, assim, como um limite que impede a atuação da soberania estrangeira no espaço nacional. Esta opção levou em conta o fato do projeto de Estado republicano brasileiro na primeira metade do século XX, com relação à fronteira, estar ligado prioritariamente à sua manutenção e vigilância, por meio da demarcação de limites e de inspeções, em meio ao plano de segurança nacional e de integração do litoral com o interior (RODRIGUES, 2018, p. 76).

⁸Tratado de Limites y Navegación Fluvial entre Colombia y el Peru, firmado em Lima el 24 de marzo de 1922 (COLÔMBIA; PERU, 1922).

⁹Artículo 1, do Tratado de Limites y Navegación Fluvial, de 1922 (COLÔMBIA; PERU, 1922).

¹⁰Brasil (1925).

¹¹A Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) constituiu um movimento continental da esquerda latino-americana, fundado por Víctor Raul Haya de La Torre, e que teve no Partido Aprista Peruano, uma de suas mais antigas e vitoriosas agremiações nos períodos de legalidade (Cf. VAIVADS, 1996, p. 148-149).

¹²Texto do Ministro da Guerra dirigido ao Senhor Comandante da 8ª Região Militar. (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, s/d)

¹³Ofício Nº 43 – Reservado, do chefe do EME ao Ministro da Guerra, de 13 de setembro de 1932, sobre a invasão da cidade colombiana de Letícia, por peruanos. (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1932).

¹⁴Telegrama reservado recebido da Legação do Brasil, em Bogotá, de 01 de março de 1933. (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1934).

¹⁵A assinatura do *Protocolo de Amizade e Cooperação entre a Colômbia e Peru*, no Rio de Janeiro, contou com a presença do presidente Getúlio Vargas. De acordo com Maria Cecília Ribas Carneiro, nesta ocasião, o plenipotenciário do Peru, embaixador Vitor Maúrtua, afirmou em discurso que “Ao Brasil, devemos, depois de Deus, a satisfação deste dia de glória para a América” (CARNEIRO, 2016, p. 387-388).

¹⁶Cabe ressaltar que a presença do marechal Rondon na fronteira de Letícia, entre os

anos do conflito e em quatro posteriores, foi expressiva. Desde 1930, como participante da Missão de Inspeção das Fronteiras brasileiras, o que o levou a Iquitos e, em 1934, como presidente da Delegação brasileira da Comissão Mista, que conferiu o retorno da área de Letícia à Colômbia, tendo permanecido nele até 1938 (BOTÍA, 2012, p. 52-53).

¹⁷Reservado. Conflicto de Leticia. 12 de Novembro de 1932 (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1932).

¹⁸Reservado. Conflicto de Leticia. 01 de Novembro de 1932 (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1932).

¹⁹No início do século XX, a França inicia a política de envio de missões militares para países que precisavam organizar suas forças armadas. Em que pese a contratação da primeira Missão Francesa no Brasil, pelo estado de São Paulo em 1905, de forma mais ampla, na década de 1920, a França envia missões militares ao Brasil, Uruguai, Guatemala e Peru, além de missões de aviação ao Brasil, Equador, Peru e Venezuela (BELLINTANI, 2009, p. 247).

²⁰Reservado. Conflicto de Leticia. 01 de Novembro de 1932 (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1932, p. 6)

²¹Criptograma Decifrado N° 56 – Reservado, do chefe do EME, ao Ministro da Guerra, de 06 de março de 1933, sobre a necessidade de meios aéreos para a 8ª Região Militar (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1934).

²²Reservado. Conflicto de Leticia. 01 de Novembro de 1932.

²³O primeiro Código Florestal nacional surgiu em Janeiro de 1934, com o Decreto n° 23.793 (Cf. CARVALHO, 2016, p. 419).

²⁴Criptograma Decifrado N° 56 – Reservado, do chefe do EME, ao Ministro da Guerra, de 06 de março de 1933, sobre a necessidade de meios aéreos para a 8ª Região Militar; Criptograma Decifrado N° 33, do comandante da 8ª RM ao Ministro da Guerra, de 16 de março de 1933 (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1934).

²⁵Ofício 882 – Reservado, de 30 de dezembro de 1932, do chefe do EME ao Ministro da Guerra (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1932).

²⁶Criptograma Decifrado N° 243 – Reservado, de 11 de março de 1933, do EME (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1934).

²⁷Reservado. Conflicto de Leticia. Documento secreto, de 17 de fevereiro de 1937, dirigido ao Ministro da Guerra Eurico Dutra (BRASIL, 1943).